

História das Ideias Linguísticas no Brasil: por uma reflexão sobre o movimento de edição do objeto histórico *compêndio gramatical*

Juciele Pereira Dias¹

Situando nossa leitura...

No presente trabalho, nosso objetivo é desenvolver uma breve reflexão sobre o “objeto histórico” (Orlandi, 2007) compêndio gramatical, pela perspectiva teórico-metodológica da História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL). Segundo Guimarães (1996, p. 127), “o estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI”.

¹ Tutora no Curso de Letras Português a Distância – UAB/UFSM. Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos – UFSM - PPGL - Laboratório Corpus, sob a orientação da Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer. Bolsista CAPES. E-mail: juciele dias@yahoo.com.br. Projeto de tese: *A escolarização da gramática da Língua Portuguesa no/do Brasil: por uma relação entre instituições e saberes linguísticos em circulação.*

A HIL, no Brasil fundada por Eni Orlandi na década de 80, é constituída por um “campo de trabalho em conjunto, sustentado em afinidades teóricas e objetivos comuns” (Baldini, 2005, p. 55), e as produções resultantes dessas relações são constantemente retomadas, interpretadas, “marcadas por injunções, possibilidades” (Lagazzi-Rodrigues, 2007, p. 11), o que nos leva a abordá-las como se tratando de uma “comunidade de conhecimento” que, segundo Aurox (2008, p. 129), tem uma função social geral de validação e de legitimação pelo reconhecimento dos pares. Tal comunidade é norteadada por uma responsabilidade teórico-analítica em relação ao conhecimento, respeitando os limites da interpretação.

Trazemos tais considerações sobre o campo de pesquisa em HIL, por estarmos em um lugar em que trabalhamos com a história de um saber – (meta)linguístico – o qual está na base de nossa formação acadêmica e isso nos coloca, de certa forma, no lugar da contradição. O objeto que selecionamos para a análise é um compêndio gramatical e, apesar de publicado em 1961, ainda neste ano foi atualizado, reimpresso e está fortemente presente nas condições de produção de nossa análise.

Sendo assim, não podemos deixar de enfatizar a questão metodológica e teórica que está norteadando nossa leitura e abrindo para a possibilidade de mobilizarmos esse objeto. Conforme as palavras de Orlandi:

Não se conta uma história sem se fazer recortes. Um cuidado importante com o efeito-leitor é o de fornecer-lhes a visibilidade dos instrumentos pelos quais estes recortes são feitos para o leitor possa se situar (ORLANDI, 2000).

Selecionamos como corpus para análise o compêndio gramatical **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara. Este, em 2009, mesmo atualizado em relação ao “novo Acordo Ortográfico”, mudando a editora e sendo reimpresso, permanece como 37ª edição desde 1999. Desse modo, observando ser composto de apenas dois prefácios – o da 1ª edição em 1961 e o da 37ª edição em 1999 – metodologicamente, estabelecemos essas duas edições (a primeira e a última)

como recorte para a análise do Título² nessa obra, na qual estão em funcionamento os elementos constitutivos (editora, autor, ano, instituição, cidade, etc.). Note-se que, pela atribuição da letra maiúscula, propomos uma diferenciação entre Título e título. Se considerarmos **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, colocamos uma questão para reflexão: podemos tomar a edição de 1961 e a (re)edição de 1999 como sendo a mesma obra?

Sobre os recortes, salientamos que os entendemos, a partir de Orlandi (1984, p. 14), como “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”, ou seja, como recortes realizados em momentos “circunstanciados a certas condições (científicas, políticas, sociais, históricas, etc.)” (ORLANDI, 2002, p. 41), mas recortes que, ao mesmo tempo em que têm uma singularidade própria, também são representações de um todo. Segundo Orlandi (Ibid., p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva” e “as unidades do discurso derivam ao mesmo tempo da língua e da história” (Id., 1998, p. 11). Na busca por uma compreensão do(s) recorte(s), passamos a algumas considerações acerca das condições de produção do compêndio.

Um pouco sobre as condições de produção do compêndio gramatical: gramatização brasileira e movimento de edição

Das publicações do grupo História das Ideias Linguísticas no Brasil, para nossa leitura sobre a gramatização brasileira e o movimento de edição do compêndio gramatical **Moderna Gramática Portuguesa**, são fundamentais os trabalhos de Eduardo Guimarães, Eni Orlandi e Luiz Francisco Dias.

Em um artigo intitulado “Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira”, Guimarães (1996) coloca como objetivo refletir sobre o movimento de gramatização brasileira do Português, centrando a atenção a partir do final do século XIX. Para isso, metodologicamente, ele estabelece uma divisão em quatro períodos:

1) o primeiro vai da “descoberta”, em 1500, até a primeira metade do século XIX;

² A concepção de *Título* começou a ser desenvolvida em nossa dissertação de mestrado **O lugar e o funcionamento do Título pela obra de Mattoso Câmara** defendida em fevereiro de 2009.

- 2) o segundo começa na segunda metade do século XIX até fins dos anos 30 do século XX;
- 3) o terceiro inicia no final dos anos 30 e vai até meados da década de 60 e
- 4) o quarto que se prolonga de meados dos anos 60 até os dias atuais.

A sinopse proposta por Guimarães nos dá suporte para refletir sobre as condições de produção do compêndio gramatical **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, e logo de início poderíamos supor estar o movimento de edição dessa obra situado entre o terceiro e quarto períodos - ou seja, entre 1961 e 1999 (com última reimpressão em 2009) - se nos basearmos pontualmente em datas de publicações. Já se considerarmos fatos constituintes das condições de produção da obra apontados por Orlandi (2002), mais especificamente, em **Língua e produção do conhecimento lingüístico**, o compêndio gramatical de Bechara tem em sua base uma adaptação do compêndio gramatical de Eduardo Carlos Pereira, em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), instituída em 1959.

Não será talvez excessivo adiantar que, com a morte de Eduardo Carlos Pereira, e as exigências estritas da NGB, sua adaptação é proposta por E. Bechara, o qual, ao apresentá-la, no entanto, é reconhecido não como possível adaptador do texto, mas como autor de outra gramática. E esta (cf. citações de Sapir, Malmberg, Bally e outros) se coloca em uma perspectiva em que aparece um movimento na direção de colocar junto o trabalho do gramático e do lingüista (ORLANDI, 2002, p. 148).

Sem adentrarmos especificamente nos acontecimentos³ que permeiam a publicação de 1961 e abordarmos uma relação entre Gramática (tradição) e Linguística (o que na época se entendia por “moderno”), voltamos nossa atenção para a questão do processo de autoria de Bechara apontada por Orlandi:

³ 1) A instituição da NGB sob a Portaria nº 152, de 28 de janeiro de 1959; 2) a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que confere espaço para a 3) Resolução do Conselho Federal de Educação de 1962, a qual prevê para o ano seguinte (1963) a obrigatoriedade da disciplina Linguística nos cursos de Letras do Brasil.

[...] a gramática de Bechara, ao tentar adaptar a gramática de Eduardo Carlos Pereira à NGB entra em outro processo de autoria, produção de outra função autor, pois ao fazê-lo distingue o que em Eduardo Carlos Pereira não está distinto [...] (Id. Ibid.).

Pelo processo de autoria da publicação de Bechara em relação à publicação de Eduardo Carlos Pereira, observamos tratar-se de um movimento de edição com efeito de continuidade de um trabalho iniciado com a publicação de **Gramática Expositiva** (curso superior), em fevereiro de 1907. Meses depois, em dezembro de 1907, a obra foi adaptada por Pereira para o curso secundário, e publicada **Gramática Expositiva** (curso elementar), em dezembro de 1907. O movimento de edição dessas publicações deu-se até a segunda metade da década de 50.

O interessante desse movimento é que, para classificá-lo na sinopse proposta por Guimarães, ele começaria no segundo período, se desenvolveria até o final do segundo período, quando, na sequência, dá-se a proposta de adaptação da publicação por Evanildo Bechara. O que buscamos salientar em relação ao fato dessa última adaptação, em acordo com as palavras de Orlandi, é que o movimento de edição rompe com uma estrutura editorial, instaurando um novo movimento de edição. Passamos de **Gramática Expositiva**, de Eduardo Carlos Pereira, para **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, todavia, as condições de produção, os acontecimentos, a história não se apagam e continuam ressoando sentidos sobre as edições.

Temos, então, um efeito de duas publicações distintas: uma anterior ao acontecimento da NGB e outra posterior. Movimenta-se de um efeito do mesmo (**Gramática Expositiva**) a um efeito do diferente (**Moderna Gramática Portuguesa**), e sobre este último voltamos à nossa questão inicial: podemos tomar a edição de 1961 e a (re)edição de 1999 como sendo a mesma obra?

Se afetados pelo próprio do movimento de edição de 1ª em 1961 e 37ª em 1999 (2009), em um primeiro momento, poderíamos dizer que sim. Já tendo em vista a leitura de Dias e Bezerra (2006), observamos o seguinte apontamento:

Evanildo Bechara, por sua vez, publicou em 1961 a *Moderna Gramática Portuguesa*, que foi reeditada com poucas modificações até o final da década de 90. Em 1999, ela sofre uma substancial modificação, guiada por orientações teóricas

advindas da lingüística moderna. Esse rompimento com o padrão tradicional de gramática, que se verifica na obra de Bechara, torna-se também a característica predominante na *Gramática Descritiva*, publicada por Mário Alberto Perini, em 1995, e na *Gramática de usos do Português*, publicada por Maria Helena Moura Neves, no ano de 2000 (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 15).

O rompimento com o padrão tradicional em **Moderna Gramática Portuguesa**, conforme apontado por Dias & Bezerra, está na base de nossa escolha da 1ª e da 37ª edição (primeira e última edição), para a breve análise a seguir. Em nossa reflexão, buscamos ilustrar não a teoria que permeia as publicações, mas elementos constitutivos do movimento de edição como título, nome do autor, subtítulo, cidade, editora, ano, que são constituintes do Título da obra.

Por uma breve reflexão sobre o compêndio gramatical: *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara

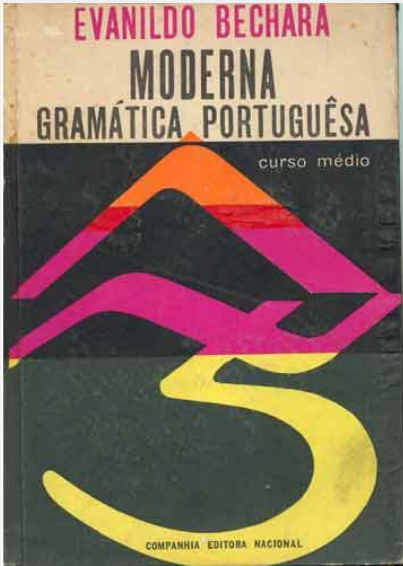
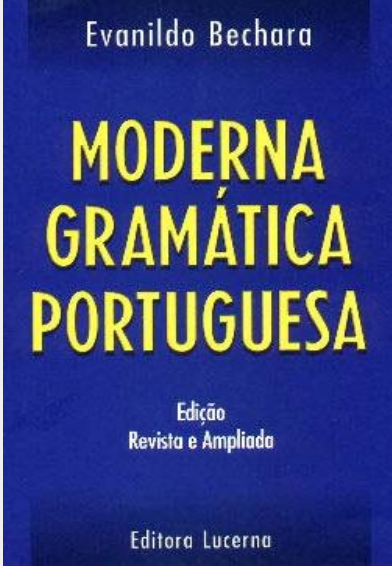
O Título em uma obra é um espaço potencial, pelo qual temos a possibilidade de movimentos de designações afetadas pela historicidade, pela relação com títulos de publicações, contemporâneos a uma obra e/ou que compõem a obra de um autor. Ele, o Título, é um lugar que tem um funcionamento singular, pois nele estão elementos do movimento de edição - como a cidade, o ano, a instituição, o tradutor, a editora, o editor, o designer, a editoração, o próprio título, entre outros – e o Título é um lugar de representação do conhecimento que constitui a obra do autor.

Em nossa dissertação de mestrado, mobilizamos títulos do que seria uma “mesma” publicação que, ao ser reeditada, foi reintitulada em diferentes momentos da história. Pelo movimento das designações (im)postas em questão, buscamos refletir sobre a história da produção de conhecimento linguístico no Brasil voltada para a história da Linguística Brasileira. Já para esta breve análise, conforme a ilustração a seguir, temos como dispositivo de reflexão a **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, e nossa questão se centra sobre a possibilidade ou não possibilidade de tomarmos a edição de 1961 e a (re)edição de 1999 como sendo a mesma obra.

Partindo de uma observação não teórica, mas atenta ao movimento de edições da publicação, diríamos que temos uma imaginária ideia do “mesmo”,

permanecendo pela presença de elementos como o título (Moderna Gramática Portuguesa) e o autor (Evanildo Bechara); e uma ideia do “diferente”, presentificada por outra data (de 1961 para 1999), outra editora (Companhia Editora Nacional para Lucerna), outra cidade (São Paulo para Rio de Janeiro) e outros subtítulos: “Curso Médio”, na publicação de 1961 e “Edição revista e ampliada”, na edição de 1999.

Observemos a seguir quadro com dados das edições:

| | 1ª EDIÇÃO | 37ª EDIÇÃO |
|----------------|--|---|
| Autor | Evanildo Bechara | Evanildo Bechara |
| Título | MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUÊSA ⁴ | MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA |
| Subtítulo | Curso médio | Edição Revista e Ampliada |
| Cidade | São Paulo | Rio de Janeiro |
| Editora | Companhia Editora Nacional | Editora Lucerna |
| Ano | 1961 | 1999 |
| Imagem da capa |  |  |

⁴ Neste trabalho optamos por não problematizar a questão da mudança ortográfica no título (portuguêsa para portuguesa). Este é um ponto que objetivamos trabalhar quando tratarmos da reimpressão de 2009, que permanece como 37ª edição e é atualizada de em relação ao “novo” Acordo Ortográfico.

Pela problemática do “mesmo” (título, autor) e do “diferente” (subtítulo, cidade, editora, ano, capa, etc.), em torno da publicação de Bechara, em um primeiro olhar, poderíamos dizer que se trata da mesma obra, pelo próprio movimento das edições, representado pela 1ª e pela 37ª. Em um segundo momento, poderíamos dizer que são duas publicações distintas, tendo em comum somente o título e o nome do autor.

Nas duas possibilidades de abordar o compêndio gramatical, estaríamos buscando formas de situá-lo no tempo, delimitá-lo, instituímos efeitos de unidade como sendo o mesmo ou como sendo diferentes.

Considerando, assim, que esse objeto em questão trata-se de um objeto histórico, e que estamos realizando nossa leitura a partir do pressuposto teórico da História das Ideias Linguísticas no Brasil, não podemos nos distanciar do fato de que esse objeto é constituído de e pelo conhecimento. Segundo Auroux (2008, p. 141), a produção do conhecimento não é ela mesma sem relação com a temporalidade.

Entendemos, dessa forma, que a temporalidade se constitui por efeitos do movimento do tempo, e o conhecimento é produzido imerso na temporalidade. Podemos situar fatos e acontecimentos no tempo, mas a temporalidade, sendo um efeito, não é passível de determinação. Não teríamos como precisar quando começa e quando termina o conhecimento. O que fazemos, metodologicamente, é instituímos cortes/recortes, e a instituição é, segundo Castellanos Pfeiffer (2007, p. 19), “como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade”.

A partir de recortes, o que podemos ter são possibilidades de realizarmos interpretações sobre a produção do conhecimento constituída pela e de temporalidade. Quando observamos o compêndio gramatical **Gramática Moderna Portuguesa**, como um objeto de análise e passível de determinação do movimento de edição no tempo, podemos ter um ponto de vista sobre ele. Esta é uma possibilidade de entrada para uma leitura das condições de produção e não deve, todavia, ser a única forma de desenvolvermos uma reflexão.

Se abordarmos esse “objeto” não como um objeto de análise, mas como um “objeto histórico” (Auroux, 2008; Orlandi, 2002), parte do processo de produção do conhecimento, em relação com a temporalidade, podemos tratar os “dados” apontados (cidade, editora, ano, subtítulo, autor, etc.) como elementos constituintes do movimento de edição e não como determinantes do processo de produção do

conhecimento. Isso faz com que nosso ponto de vista seja deslocado para outra perspectiva.

O compêndio gramatical em questão não seria observado como um produto/resultado do conhecimento, mas como uma representação do conhecimento constitutiva do processo de produção de conhecimento. O compêndio seria, segundo Scherer (2009), uma tecnologicização, uma representação do objeto língua.

Nosso trabalho se centraria na tentativa de reconstruir a significação dessa forma de tecnologia da linguagem, não voltados à ideia de produto (bem de consumo), mas como uma forma de representação do conhecimento. Uma representação que faz parte desse processo, desse movimento, para que nossa interpretação se abra para a possibilidade de trazer à cena outros sentidos, deixados (ou não) em suspenso na (nossa) história.

Uma finalização em aberto para a interpretação...

Trouxemos e deixamos em suspenso a proposição de abordar o Título como um lugar de representação do conhecimento em relação aos elementos constitutivos que estão em funcionamento, movimentando, potencializando esse espaço, pois, se nos voltarmos para o título (senso comum), estamos nos limitando a uma forma gráfica, passível de determinação no tempo. Já pelo Título, trabalhamos expostos ao Real (Orlandi, 2000), às impossibilidades de determinações, por estarmos trabalhando com a língua, com a temporalidade, com efeitos de sentido, com a interpretação.

Desenvolvemos uma leitura sobre o movimento de edição do objeto histórico compêndio gramatical situando-nos no lugar da contradição, pois entendemos que o próprio da contradição - da tentativa de determinarmos fatos e acontecimentos no tempo, da mesma forma, que buscamos desenvolver reflexões sobre a descontinuidade da história – o que está na base do trabalho em História das Ideias Linguísticas.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A questão sobre a origem das línguas seguido de A historicidade das ciências** Trad. Mariângela Joaílo. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

BALDINI, Lauro. **Um lingüista na terra da gramática**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Curso Médio. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Edição revista e ampliada. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CASTELLANOS PFEIFFER, Cláudia. A Lingüística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

DIAS, Luiz Francisco; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. A palavra e a frase. Vol.1. Campinas: Pontes, 2006.

GUMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.) **Língua e cidadania: O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

LAGGAZI-RODRIGUES, Suzy. O político na Lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **Gramática Expositiva**. Curso elementar. 170. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

_____. **Gramática Expositiva**. Curso superior. 86. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

_____. Um fato, um acontecimento, uma história: idéias lingüísticas no Brasil. In: **Relatos**. Campinas, n. 06, 2000. Disponível em http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html. Acesso em 21. set. 2009.

_____. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**, n. 10. Uberaba, MG, 1984.

SCHERER, Amanda E. Instrumentos linguísticos: o político e o científico. Conferência proferida no **V Encontro do Grupo de Estudos Linguísticos – GEL**, 06 Jul. 2009, Programa de Pós-Graduação em Letras/UFSM.